

JUSTIFICAÇÃO

No rol das competências e prerrogativas constitucionais pelas quais as Comissões Parlamentares de Inquérito buscam melhor desempenhar seus misteres legais, encontra-se a possibilidade de convocação para prestar depoimento testemunhas que possam elucidar possíveis malversações, cometimento de crimes e fraudes. Neste sentido, é fundamental para os trabalhos desta comissão a oitiva com o senhor Paulo Guedes, ex-gestor de fundos de investimento que administrou mais de R\$ 1 bilhão de recursos de fundos de pensão de estatais e do BNDESPar, braço de investimentos do BNDES, alvo da investigação desta comissão.

Relata matéria “Auditorias veem ágio sem justificativa em compras de fundos geridos por Guedes”, publicada no jornal Folha de S. Paulo, assinada pelo repórter Fábio Fabrini, do dia 6 de junho de 2019, que Guedes era gestor dos fundos de investimento em participações (FIPs) BR Educacional e Brasil de Governança Corporativa – criados pela gestora de ativos que pertencia a Guedes até o fim do ano passado.

Estes fundos de investimento, que recebiam aportes da Funcef, Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Postalís (Correios), além do BNDESPar, conforme atesta auditoria realizada pela Funcef que está noticiada na matéria da Folha de S. Paulo, pagaram, sem justificativa técnica adequada, R\$ 385 milhões de ágio para adquirir empresas.

A principal acusação é baseada em relatórios da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e sustenta que estas negociações geraram ganhos excessivos ao ministro, em detrimento dos cotistas dos FIPs. Relata a matéria que, por exemplo, o fundo Brasil de Governança Corporativa pagou R\$ 278 milhões de ágio ao comprar participação em quatro empresas cujos valores patrimoniais somavam R\$ 210,9 milhões. Outro FIP, o BR Educacional, desembolsou extra de R\$ 107 milhões por três companhias que possuíam patrimônios somados de R\$ 73 milhões.

“Os relatórios da Funcef, obtidos pela Folha, registram que, para justificar o ágio pago, a gestora de ativos de Guedes deveria ter apresentado laudos de avaliação técnica de escritórios especializados, o que não ocorreu. Eles atestariam se, de fato, houve "fundamento econômico-financeiro" para o pagamento do valor sobressalente”, destaca a matéria.

Conforme consta nos relatórios de auditoria da Funcef, noticiados pela Folha de S. Paulo, “para comprar a HSM Educacional, voltada para eventos e cursos de educação empresarial, o FIP BR Educacional pagou R\$ 55,2 milhões, dos quais R\$ 4,8 milhões pelo patrimônio e R\$ 50,2 milhões (91%) por um suposto valor intangível da empresa, atribuído à marca. Em 2011, dois anos após o desembolso, um documento da empresa de Guedes registrou que esse mesmo ativo valia cerca de 10% do que fora pago (R\$ 5,1 milhões). A gestora de ativos do ministro recebeu taxas de administração altas do FIP, que amargou perdas com a HSM. O retorno do projeto para os cotistas foi de R\$ 15,9 milhões, menos de um terço do aportado”, destaca o texto da matéria. Em outro caso, a fatia de 10% da Enesa Participações, dos setores de infraestrutura e energia, custou ao FIP Brasil de Governança Corporativa R\$ 112,5 milhões em 2010, dos quais R\$ 83,6 milhões (74%) de ágio.

Pelos motivos acima expostos e o evidente potencial de prejuízo ao BNDES devido aos indícios de irregularidades verificados na auditoria da Funcef, requisitamos a convocação do senhor Paulo Guedes para prestar esclarecimentos.

Sala da Comissão, 06 de junho de 2019.

Deputado **JORGE SOLLA**